

do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro.

3 — As competências referidas nos n.ºs 1 e 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, nos diretores, comandantes e chefes na dependência direta do Comandante do Pessoal, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, diretores ou chefes dos estabelecimentos e órgãos, bem como nos chefes de repartição e gabinete de apoio, que se encontrem na respetiva dependência direta.

4 — São ratificados todos os atos praticados pelo Vice-Chefe do Estado-Maior do Exército que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 18 de fevereiro de 2014 e até à sua publicação.

5 — O presente despacho vigora até à data em que tomar posse o novo titular do cargo de Comandante do Pessoal.

12 de março de 2014. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, general.

207704594

Despacho n.º 4418/2014

Delegação de competências no comandante da Logística

1 — Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro, delego no Comandante da Logística, tenente-general António Noé Pereira Agostinho, a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Aprovar instruções e normas técnicas no âmbito da administração dos recursos materiais e financeiros;

b) Autorizar, no âmbito do Comando da Logística, deslocações em serviço no território nacional, incluindo com a utilização de viatura própria, bem como o processamento das correspondentes despesas com a aquisição de títulos de transporte e de ajudas de custo, nos termos previstos na lei;

c) Emitir os pareceres que a lei comete ao Exército sobre planos diretores municipais, planos de pormenor, planos gerais de urbanização, loteamentos, estabelecimentos hoteleiros e similares, construções escolares e hospitalares, vias de comunicação, gasodutos e oleodutos;

d) Aprovar normas de proteção ambiental relativas a instalações do Exército, bem como medidas de segurança e higiene no trabalho;

e) Autorizar a apresentação à junta hospitalar de inspeção (JHI) de pessoal militar, militarizado e civil, bem como de deficientes, para a atribuição ou modificação da percentagem de incapacidade, e homologar os respetivos pareceres;

f) Aprovar medidas de profilaxia e tratamento das doenças dos animais pertencentes ao Exército;

g) Proferir decisão nos processos do âmbito do Exército relativos à prevenção e combate à droga e ao alcoolismo nas Forças Armadas;

h) Determinar a transferência dos meios financeiros necessários ao pagamento de remunerações e pensões no Exército;

i) Autorizar a realização e arrecadação de receitas provenientes da prestação de serviços ou cedência ou alienação de bens;

j) Autorizar e determinar que se proceda a todos os pagamentos que sejam legalmente devidos pelo Exército, após verificação e confirmação da adequação processual dos mesmos;

k) Autorizar a atribuição de casas do Estado afetas ao Exército.

2 — Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, delego na mesma entidade a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar e realizar despesas com a locação e aquisição de bens e serviços e com empreitadas de obras públicas, até ao limite de 99.759,58 euros, que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 231/2009, de 15 de setembro;

b) Autorizar e realizar despesas relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao limite de 99.759,58 euros, que me é conferida pela alínea a) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, conjugado com o n.º 5 do artigo 5.º da Lei Orgânica do Exército.

3 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 4 do Despacho n.º 3718/2014, de 25 de fevereiro de 2014, do Ministro da Defesa Nacional, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 49, de 11 de março de 2014, subdelego na mesma entidade a competência para a prática dos seguintes atos:

a) Autorizar despesas:

1) Com a locação e aquisição de bens e serviços, e com empreitadas de obras públicas, até 1.000.000 euros, prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho;

2) Relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até 500.000 euros, prevista na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º daquele mesmo diploma;

3) Com indemnizações a terceiros resultantes de acordo com o lesado, decorrentes da efetivação da responsabilidade civil do Estado emergente de acidentes de viação em que sejam intervenientes viaturas do Exército, ficando a indemnização limitada aos danos materiais e ao valor máximo de 5.000 euros.

b) Licenciar obras em áreas sujeitas a servidão militar, nos termos da legislação aplicável;

c) Autorizar deslocações em missão oficial ao estrangeiro previstas em planos de atividades aprovados pelo Chefe do Estado-Maior do Exército.

4 — A competência para autorizar despesas relativas a construções e grandes reparações fica limitada a 299.278,74 euros.

5 — As competências referidas na alínea j) do n.º 1 e na alínea a) do n.º 2 podem ser subdelegadas, no todo ou em parte, no adjunto do Comandante da Logística e nos diretores, comandantes e chefes na direta dependência do Comandante da Logística, podendo estes subdelegá-las nos comandantes, diretores ou chefes das unidades, estabelecimentos e órgãos que se encontrem na respetiva dependência direta.

6 — A competência prevista na alínea c) do n.º 1 pode ser subdelegada no Diretor de Infraestruturas, as previstas nas alíneas e, f) e g) do mesmo número no Diretor de Saúde e as previstas nas alíneas h) e k) daquele mesmo número no Diretor de Finanças.

7 — São ratificados todos os atos praticados pelo Comandante da Logística que se incluam no âmbito do presente despacho, desde 18 de fevereiro de 2014 e até à respetiva publicação.

12 de março de 2014. — O Chefe do Estado-Maior do Exército, *Carlos António Corbal Hernandez Jerónimo*, general.

207704667

Comando do Pessoal

Direção de Administração de Recursos Humanos

Repartição de Pessoal Civil

Despacho (extrato) n.º 4419/2014

Em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro e alterações subsequentes, torna-se pública a Cessação do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo regulamentado pela Portaria n.º 221-A/2013 de 8 de junho, dos trabalhadores do Mapa de Pessoal Civil de Exército a seguir mencionados, e respetiva data de rescisão, que a cada um se indica:

Nome	Carreira	Data de rescisão
Maria José Rosa Chamico Apolinário	Assistente Técnico	31-12-2013
Maria Clotilde Correia Madeira de B Sabino	Assistente Técnico	31-12-2013
Inês Calvê de Magalhães Gomes Ricardo	Assistente Técnico	31-12-2013
Franklina de Castro Moreira Macedo	Assistente Técnico	31-12-2013
Paulo Jorge Nunes Pinto	Assistente Técnico	31-12-2013
Maria da Glória Gonçalves Pinto	Assistente Técnico	31-12-2013
Fernanda Maria Ribeiro Ramos de Andrade	Assistente Técnico	31-12-2013
Ana Regina Moreira Barreiros	Assistente Técnico	31-12-2013
Ana Maria Ferreira Galguinto de Almeida Gomes	Assistente Técnico	31-12-2013

Nome	Carreira	Data de rescisão
Fernando Domingues Freire	Assistente Técnico	31-12-2013
Maria de Lurdes Vicente Veiga	Assistente Técnico	31-12-2103
Maria do Sameiro da Silva Ferreira Bastos	Assistente Técnico	31-01-2014
Ester Maria Pereira da Silva Afonso	Assistente Técnico	31-01-2014
Ana Paula Pessanha Lança Rodrigues	Assistente Técnico	31-01-2014
Maria Fernanda Georgete Jesus Antunes Barata Jerónimo	Assistente Técnico	31-01-2014
José Carlos Ramos Folgado	Assistente Técnico	28-02-2014
Isaura dos Anjos Saraiva Torres Machado	Assistente Operacional	31-12-2013
Clarinda Fernandes Rodrigues Santos	Assistente Operacional	31-12-2013
Maria Helena Rosa Isidoro	Assistente Operacional	31-12-2013
Helena Maria dos Reis Perdigão Simões	Assistente Operacional	31-12-2013
Maria de Fátima de Jesus Cunha	Assistente Operacional	31-12-2013
Marília João Póvoas Duarte	Assistente Operacional	31-12-2013
Maria de Deus Lemos Santos	Assistente Operacional	31-12-2013
Maria José Silva Fortes Coutinho Rodrigues Pereira	Assistente Operacional	31-12-2013
Maria Leonor de Freitas Gonçalves	Assistente Operacional	31-12-2013
José Luís Santos Ruivo	Assistente Operacional	31-12-2013
Maria Jorge Lemos Fernandes Parada Silva	Assistente Operacional	31-12-2013
Fernando António Pinto Azevedo Gomes	Assistente Operacional	31-12-2013
Henrique José Charrua Galado	Assistente Operacional	31-12-2013
Carla Susana Ferreira da Silva Moreira	Assistente Operacional	31-12-2013
Maria Teresa Arôcha do Nascimento	Assistente Operacional	31-12-2013
Patrícia Maria do Carmo Fernandes	Assistente Operacional	31-12-2013
Ana Paula Nogueira dos Santos Guedes	Assistente Operacional	31-12-2013
Paulo Alexandre Batista Rosado	Assistente Operacional	31-01-2014

12 de março de 2014. — O Chefe da Repartição, *Nuno Correia Neves*, COR INF.

207703313

FORÇA AÉREA

Direção de Finanças da Força Aérea

Despacho n.º 4420/2014

1 — Ao abrigo da autorização que me é conferida pelo n.º 2 do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego no Chefe da 2.ª Repartição, MAJ/ADMAER/106837-H Pedro Gustavo Batista da Rocha Arede, as seguintes competências:

a) Autorizar a realização de despesas com empreitadas de obras públicas, locação e aquisição de bens e serviços e relativas à execução de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados, até ao montante de 15.000 Euros, que me foi delegada pelo n.º 2 do Despacho n.º 14233/2012, de 26 de outubro, do Diretor da Direção de Finanças da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 2 de novembro de 2012;

b) Autorizar a cobrança de receitas e a emissão de meios de pagamento de despesas, proceder à liberação de cauções no âmbito dos contratos públicos, que me foi subdelegada pelo n.º 1 do Despacho n.º 14233/2012, de 26 de outubro, do Diretor da Direção de Finanças da Força Aérea, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 212, de 2 de novembro de 2012.

2 — O presente despacho produz efeitos desde 31 de dezembro de 2013, ficando, por este meio, ratificados todos os atos entretanto praticados pelo subdelegado e que se incluem no âmbito da presente subdelegação de competências.

15 de janeiro de 2014. — O Chefe do Serviço Administrativo e Financeiro, *João Manuel Vargas Inácio*, COR/ADMAER.

207703265

Direção de Pessoal

Portaria n.º 239/2014

Artigo único

1 — Manda o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea que o militar em seguida mencionado passe à situação de reforma, nos termos da alínea a) do n.º 1 do Art.º 159.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 236/99, de 25 de junho, com as

alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 197-A/03, de 30 de agosto e pelo Decreto-Lei n.º 166/05, de 23 de setembro, tendo em consideração as disposições transitórias previstas no Art.º 3.º do último diploma e a norma interpretativa estatuida no Art.º 2 do Decreto-Lei n.º 239/06, de 22 de dezembro:

Quadro de Oficiais PILAV

GEN PILAV RES-QPfe 001383-J Luís Evangelista Esteves de Araújo - MOB

2 — Conta esta situação desde 25 de fevereiro de 2014.

3 — Transita para o ARQC desde a mesma data.

25 de fevereiro de 2014. — O Chefe do Estado-Maior, *José António de Magalhães Araújo Pinheiro*, general.

207703435

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Administração Interna

Despacho n.º 4421/2014

Na sequência do procedimento administrativo, encetado pela Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública, que visou o licenciamento da atividade titulada pelo alvará n.º 163, de 26 de janeiro de 1918, convertido automaticamente em autorização provisória de exercício de atividade, por força do Decreto-Lei n.º 87/2005, de 23 de maio, verificou-se não estarem reunidas as condições legais para a continuação do exercício da atividade provisoriamente titulada, tendo os Serviços competentes para o efeito (Departamento de Armas e Explosivos) concluído pela **absoluta inviabilidade do funcionamento da oficina pirotécnica da empresa “António Moreira Fernandes”**.

Nestes termos, atendendo ao estipulado na alínea a), do n.º 1 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 376/84, de 30 de novembro;

DECLARO, ao abrigo dos poderes conferidos pelo Despacho do Senhor Ministro da Administração Interna n.º 8142-A/2013, de 20 de junho, publicado no DR N.º 118, II Série, de 21 de junho, e nos termos da lei, **a caducidade do alvará n.º 163, de 26 de janeiro de 1918**, encontrando-se vedado o exercício da atividade